

Resumo

Um dos aspectos relevantes pelo qual a sociologia tem se pautado desde a sua emergência como ciência tem sido a relação indivíduo-sociedade. O presente artigo, empreende uma tentativa de compreensão metodológica dessa relação a partir da perspectiva do sociólogo contemporâneo Norbert Elias.(caracteres com espaço: 291)

Palavras chave: Sociologia, Norbert Elias, metodologia, indivíduo e sociedade.

A sociologia de Norbert Elias: uma tentativa de desconstrução da oposição indivíduo-sociedade.

Renato Ramos Martini¹

Janaína Alexandra Capistrano da Costa²

Introdução

“Diz-se, talvez, que o homem percorre um processo como se diz também que o vento sopra, ainda que o fato de soprar seja o próprio vento” (Norbert Elias apud HINICH, 2001, p.145)

Com estas palavras, as quais denotam uma linguagem figurada, o sociólogo alemão Norbert Elias alcançou referir-se a um dos grandes problemas da sociologia e também à possível resolução deste problema.

Se pudermos considerar que a sociologia esteve durante o seu desenvolvimento como ciência, marcada pelo problema que corresponde ao estabelecimento de linhas limítrofes – teóricas e/ou imaginárias – para a sociedade em relação aos indivíduos, ou mais precisamente, ao estabelecimento de um objeto como unidade fechada que de alguma maneira estabelece relação com os indivíduos, sobreponde-se a eles, interagindo com eles ou ainda sendo determinado por eles, se pudermos considerar essa realidade de fato, poderemos voltar o olhar para uma produção sociológica buscando vislumbrar como ela opera com um problema central que emerge desta situação. Propor-nos uma reflexão que gire em torno desse problema, significa propor-nos uma reflexão sobre como um sociólogo, ou até mesmo como um paradigma da sociologia, trabalha com a dimensão da definição do objeto no seio da produção teórico-analítica. As idéias e os esclarecimentos gerados por esta reflexão, podem funcionar como elementos que sinalizam o lugar e a importância de determinada produção no âmbito da ciência em questão.

Esse procedimento intelectual pode ser proveitoso na direta proporção do entendimento de que uma discussão sobre o paradoxo indivíduo-sociedade, e o caráter determinante destas duas esferas, faz parte de um movimento que busca definir a cientificidade da sociologia. Nesse sentido, quando um sociólogo é reconhecido pelo campo científico³ por ter avançado nessa discussão, e até por ter oferecido uma metodologia apropriada para demarcar esse dilema, revela-se importante que suas idéias sejam debatidas entre os cientistas dessa área. Não se trata de tentar reproduzir a lógica dominante do “campo científico”, a qual estaria nos indicando quais os autores relevantes para dialogar, trata-se sim de assumir uma posição interessada em conhecer e mapear uma contribuição teórico-analítica para, se necessário, trabalhar na sua aplicação e/ou aprimoramento, assim como sugere Bourdieu (1999) quando discorre sobre a “vigilância epistemológica”. Um ponto crucial que viabiliza essa vigilância consiste na posição de evitar a aplicação automática de preceitos metodológicos, pois ela poderia determinar a ineficácia do método. Segundo esse autor (BOURDIEU, 1999), isso ocorreria porque tal automatismo não permite considerar as diferenças de espaço, tempo, observador e demais contribuições teóricas no ato da pesquisa e análise. A

atitude vigilante poderia ser assumida a partir do momento que o pesquisador, primeiro conhecesse distintas fontes teóricas que pudessem servir-lhe de referencial, segundo subordinasse a eleição das técnicas e conceitos a serem utilizados a uma interrogação constante sobre suas condições, validade e limites e terceiro não se deixasse possuir por uma preocupação metodológica obsessiva que não o permitisse finalmente aplicar seu referencial à realidade.

Pensando nesse primeiro passo como pressuposto para a atividade de pesquisa social, buscamos delinear um quadro sucinto sobre a contribuição de um autor da sociologia para a resolução da questão da definição do objeto nesta ciência. A eleição desse autor se justifica pelo fato dele ter sido reconhecido pelo campo científico por essa contribuição.

Trilhando uma nova perspectiva metodológica?

Não é incomum um autor, cuja produção teórico-analítica figura entre as de grande relevância no desenvolvimento de uma ciência, ter sido à princípio ignorado pelo campo científico e só depois de algum tempo de que suas atividades estivessem sendo desenvolvidas ele ter sido incluído nesse espaço.

Esse parece ter sido o caso de Norbert Elias. Discípulo do frankfurtiano Karl Mannheim, um estudioso da sociologia do conhecimento, e profundamente influenciado pela psicanálise freudiana, esse sociólogo logrou formular uma perspectiva que ao mesmo tempo em que despreza a metafísica não se entrega ao determinismo econômico, embora em relação a este último, admita que Marx foi fundamental quando se tratou de ver outros aspectos determinantes da vida social que não o simples logicismo⁴.

Heinich (2001), sublinha que seguindo esse trajeto intelectual Elias observou que o problema da definição do objeto a partir da resolução do paradoxo sociedade-indivíduo pode ser considerado um problema por natureza insolúvel.

Esse problema seria insolúvel porque, para este pensador, indivíduo e sociedade são esferas da vida social que foram separadas artificialmente pelo pensamento do homem, elas na verdade representariam naturalmente e objetivamente uma unidade.

Ao tentar desconstruir a oposição entre indivíduo e sociedade, o autor investe contra uma tradição metafísica que prevê uma “substantivação” de seres opostos para poder vislumbrar objetos fixos e oferecer, dessa forma, um lugar confortável ao observador que, assim, se exime da preocupação perturbadora com um objeto em constante movimento e colado no devir histórico.

Esse posicionamento em relação ao objeto, por si só, nos estimula a formular algumas considerações sobre a metodologia de Norbert Elias, e também indica que uma reflexão nesse sentido pode ser bastante proveitosa para aqueles que se dedicam de alguma maneira às sendas da pesquisa social.

Todavia, é mister sublinhar que quando nos referimos a metodologia de Elias, nos referimos aos procedimentos analíticos comuns a maioria de suas obras e não à um método unívoco que seja explicitamente proposto pelo autor. Sustentar a idéia de que esse pensador realiza esta proposição, significaria incorrer no erro de afirmar que ele postula um modelo de interpretação que afinal, assim como tantos outros modelos positivistas propostos no âmbito da sociologia, acaba se transformando na égide da noção de causa e efeito herdada das ciências naturais. (HEINICH, 2001)

Essa afirmação se constituiria num erro em relação ao conteúdo da produção teórico-analítica do autor porque, para ele o ato de investigar não pode estar condicionado à separação dos elementos que fazem parte da sociedade –e por isso mesmo são a própria sociedade- ou condicionado a idéia de determinação de um ou mais destes elementos sobre os outros. Essa negativa decorre da idéia de que esses

elementos não são fixos e nem possuem uma única causa, mas sim estão em constante movimento se entrelaçando com uma grande pluralidade de fatores explicativos.

Dessa forma, a perspectiva deste sociólogo alemão demonstra estar interessada em ultrapassar a concepção mecanicista dos processos sociais. Esta concepção tenderia a conceber tal processo como um conjunto de ações interligadas de forma causal e com objetivos previsíveis. Causas estas, avaliadas por critérios característicos das ciências “duras”, como o critério da experimentação, por exemplo.

Para Norbert Elias, se afastando da explicação causal o pesquisador estará livre para procurar por uma “coerência geral” que dê conta dos fenômenos descritos. De acordo com Heinich (2001), Elias propõe que o sociólogo assuma o papel de esclarecer os diferentes modos como os fenômenos sociais se posicionam sobre o eixo do desenvolvimento histórico –veremos adiante que para o autor o motor desse eixo é a luta intermitente pelo poder que produz fluxos e refluxos da civilidade. Além disso, o sociólogo deverá descrever as diferentes formas como as pessoas vivem e interpretam o mundo, trabalhando, dessa forma, com os elos de convivência entre os indivíduos, ou seja, com o que os revela seres coletivos.

Diante dessas informações o leitor poderá se perguntar se estas proposições de Elias, sobre o trabalho de investigação do sociólogo, já estariam manifestando uma metodologia própria do autor. A resposta para esta questão é negativa, como se poderá vislumbrar a seguir.

O homem como categoria sociológica.

À sociologia eliniana é permitido realizar tais ponderações sobre os métodos mais tradicionais da sociologia, sem, contudo constituir-se numa caixa fechada de ferramentas, cujos utensílios são únicos e resistentes ao tempo, porque ao admitir a pluralidade de fatores explicativos o sociólogo também estaria aderindo à idéia de que não há sentido conferido de uma vez por todas ou externamente ao homem. O que quer informar que “o homem é uma lenta e gradual construção de si mesmo”. (ELIAS, 1993; HEINICH, 2001)

Desse modo, o sociólogo parece ter a capacidade de ultrapassar a trama metodológica desvelando toda a vitalidade do objeto.

Uma descrição dos procedimentos analíticos propostos por Norbert Elias ligada mais aos processos subjetivos da mente e menos à objetividade dos exemplos empíricos, pode ter a faculdade de, antes de esclarecer, tornar nebuloso o tipo de uso sugerido pelo autor para as ferramentas de pesquisa. Essa possibilidade parece ser congruente com a forma como o autor procurou superar a contraposição –bastante evidente em sua época– entre sociologia empírica e sociologia teórica, ou seja, recorrendo à interdisciplinaridade e a diversidade de fontes primárias, além da observação participante quando se trata-se de um fenômeno contemporâneo. Objetivamente, a relevância dada pelo autor ao micro e, a partir daí, a atribuição de sentido ao macro expressam uma atitude analítica nesse sentido.

Tratando de questões como a da etiqueta e dos costumes (ELIAS; 1993) ou do comportamento dos moradores dos bairros de uma pequena comunidade (ELIAS; 2000), Norbert Elias conectou diferentes elementos da cultura humana e, a partir daí, delineou um trajeto das sociedades ocidentais numa linha ascendente do tempo histórico. Dito trajeto, poderia ser observado tanto no nível coletivo como no nível individual, pois para Elias o caminho percorrido pela sociedade se reflete num caminho percorrido internamente por cada indivíduo, através dos mecanismos de autocontrole e sublimação. Duas obras do autor podem ser bastante ilustrativas dessa perspectiva analítica.

Embora tenham sido redigidas com mais ou menos trinta e cinco anos de diferença uma da outra, “O processo civilizador” (ELIAS, 1993) e “Os estabelecidos e os outsiders” (ELIAS, 2001) são obras capazes de revelar ao leitor uma certa sincronia temporal entre os objetos, não porque se trata de dois momentos históricos análogos, mas sim porque eles fazem parte de um mesmo eixo de desenvolvimento histórico. Dessa maneira, ao mesmo tempo em que o objeto nelas estudado pertence a dois períodos distintos do desenvolvimento das sociedades ocidentais, eles se conectam através de uma mesma dinâmica das relações humanas, a qual produz um sentido, o sentido civilizador.

Nestes dois casos, Elias identifica que o que dá impulso a essas relações é a competição pelo controle da mobilidade social através da obtenção do poder social, o qual é caracterizado pelo uso mais ou menos livre dos meios materiais e simbólicos de estabelecimento das distinções entre os grupos sociais. O sentido civilizador é produzido a partir destas atividades, portanto ele não possui somente as conotações positivas desta palavra, como o autor esclarece quando explica as diferenças do entendimento do conceito de civilização entre a França e a Alemanha, por exemplo. Tal conceito não possui somente as conotações positivas que em geral atribuímos à palavra civilização, porque é um sentido que carrega em seu bojo um paradoxo. Concomitantemente ao aumento da pacificação das relações humanas também se desenvolvem importantes limitações da capacidade de expressão corporal e emocional entre os seus protagonistas. Além disso se dá um intenso processo de dominação entre os grupos sociais e dentro deles. Esse último aspecto é demonstrado por Elias quando discorre sobre como, primeiro, a nobreza estabelece mecanismos de manutenção da burguesia como classe inferior e depois, como este último grupo, ao alcançar um status social superior, cria seus próprios mecanismos de auto-preservação.

Utilizando como fonte primária os manuais de etiqueta e civilidade da renascença, e se debruçando sobre a questão dos costumes no decorrer do século XVII, Elias constatou que este fenômeno em geral, possuía uma tendência em aumentar progressivamente o controle sobre tudo o que visivelmente provinha do caráter animal do ser humano. Por que isso ocorria?

A resposta do autor para esta questão se refere à competição entre os grupos sociais, nesse sentido, afirma que a estruturada da vida na corte constituiu-se no principal instrumento de competição por prestígio e favor no âmbito da nobreza, principalmente quando a crescente camada burguesa pressionou a nobreza buscando aumentar seus próprios privilégios no final do século XVIII e começo do século XIX. Segundo Elias (1993), os aristocratas da corte tinham que conter dentro de si mesmos a agitação provocada pelos grupos burgueses, os receios que tinham de perder parcelas ou todo o seu status, os “mergulhavam na zona inconsciente da personalidade”, e depois os faziam emergir novamente apenas como autocontrole.

Esse medo social teria se constituído, progressivamente, numa das mais poderosas forças motrizes ao controle social que impelia a transformação civilizadora da nobreza, até o advento da Revolução Francesa.

Após este marco histórico, a burguesia transformou-se no grupo social de maior poder, e logo a profissão e o dinheiro passaram a ser as principais fontes de prestígio social, as quais estavam baseadas na estrutura da personalidade burguesa. Esse modelo de estrutura exigia então, afirma o autor, um maior controle emocional e maior estabilidade das funções do superego, porque os membros da classe em ascensão desenvolveram inicialmente um superego pouco equilibrado, já que este possuía caracteres da classe superior “colonizadora” –nobreza- e da classe “colonizada”-ascendente. Um código de comportamento rigoroso tornou-se, portanto, um

instrumento de poder para a burguesia, um instrumento que mantinha seu status e impedia que estratos inferiores emergissem.

Deste ponto de vista as atitudes dos grupos e indivíduos parecem ser modeladas pelo contexto histórico e social, sendo assim, podemos voltar a afirmar que um mesmo tipo de desenvolvimento poderia se observado tanto no nível coletivo como no nível individual, tal como sublinha Heinich (2001).

Mas ainda mais importante do que esta dinâmica das relações sociais entre inferiores e superiores, em termos históricos, foi a gênese do monopólio estatal da violência física legítima e do aparato fiscal. A administração criada para garantir tal monopólio permitiu o aparelhamento da economia que mediatiza, a partir daí, a competição pelos bens de consumo, a qual, dessa forma, deixa de ser regida pela força física. (ELIAS, 1993)

Esta série de transformações por sua vez, teria estimulado a interdependência entre os indivíduos e obrigado, portanto, ao controle dos impulsos. Sobre esse aspecto, Elias afirma que ao mecanismo de controle e de vigilância da sociedade corresponde um aparelho de controle que se forma na economia psíquica do indivíduo. (ELIAS, 1993)

Disso o autor conclui que a estrutura de medos e ansiedades, que muda conforme uma transformação específica da teia de relacionamentos e interdependências e acima de tudo da organização da força, forma um dos canais mais importantes através dos quais a estrutura da sociedade é transmitida às funções psicológicas individuais.

Podemos visualizar, após esta condensada exposição do primeiro grande trabalho de pesquisa de Norbert Elias, como esse autor partindo, ora de elementos micro, como os comportamentos de um grupo social, ora de elementos macro como a formação do Estado nação, constrói uma janela sociológica para as inter-relações entre indivíduo e sociedade.

Obviamente este não é o único ponto que atesta o papel protagonista de Elias na sociologia. Posteriormente, numa revisão do “O processo civilizador” (ELIAS 1993), Norbert Elias escreve que o conceito de classes que havia utilizado na obra, talvez não fosse o mais adequado para se referir aos grupos sociais que protagonizam as suas análises, sendo assim, propôs que o termo fosse substituído por nativos e estrangeiros ou estabelecidos e outsiders. Sendo que os primeiros podem ser entendidos como grupos de indivíduos que ocupam posições de prestígio na sociedade, enquanto que os segundos não constituem propriamente um grupo, mas poderiam na verdade ser entendidos como pessoas unidas por laços menos intensos e que podem estar numa condição material inferior, podem apenas estarem sendo consideradas inferiores, ou as duas coisas. (ELIAS 2000).

Esta mudança de perspectiva do autor teria sido muito influenciada pelo trabalho de investigação que desenvolveu sobre uma pequena comunidade inglesa. Nesta ocasião Elias constatou de maneira ainda mais clara, o que já lhe parecera relevante, que o que impelia os grupos sociais à competição não era apenas a obtenção de recursos materiais.

Diante desta realidade podemos afirmar que o autor acrescenta à sociologia um prisma inovador sobre as mudanças nos diferenciais de poder nas sociedades. Está claro, segundo Elias, que existem mudanças de situação entre os “estabelecidos e os outsiders”, pois estas não são condições imóveis, como já teria demonstrado o processo civilizador, contudo existem camadas econômicas e não econômicas do conflito gerado pela competição, as quais precisam ser mais bem mapeadas.

De acordo com o autor, quando os outsiders vêem satisfeitas suas necessidades materiais, passam a sentir com ainda mais força a inferioridade de poder e status que sofrem. O que sinaliza que as aspirações pelo reconhecimento simbólico teriam sido obscurecidas na sociologia ancorada na metodologia marxista.

Em “Os estabelecidos e os Outsiders” (2000), o problema central que se apresentou ao autor consistiu-se na convivência espacial entre a quase inexistência de diferenças objetivas entre os bairros da comunidade analisada e uma profunda diferença de “percepção” entre um bairro operário mais antigo conceituado de “estabelecido”, e um bairro de também operários em sua maioria, mas recém chegados, conceituado de “marginal”. (HEINICH, 2001)

De acordo com Elias, assim como ocorria em geral com a aristocracia, os estabelecidos desta pequena comunidade inglesa, junto com construir e manter as relações de desigualdade, buscavam legitimá-las auferindo características de valor inferior aos outsiders e características que imaginavam ser humanamente “melhores” a si mesmos. Explorando essa realidade, o autor utiliza o conceito durkheiminiano de anomia⁵, para definir que os estabelecidos criavam uma imagem nômica de si mesmos e uma imagem anômica dos outros.

Para participar da “superioridade” do grupo estabelecido e do seu “carisma”, era necessário pagar o preço da observância rígida das normas desse grupo, no entanto os outsiders eram vistos como não observantes destas normas, portanto eram anômicos. Lembramos que o mesmo gênero de valoração foi identificado pelo autor nas relações entre nobreza e burguesia na obra “O processo civilizador”. Isto teria demonstrado que um importante vetor da reprodução das posições destes grupos era o “estigma”.

Em Winston Parva – nome dado à comunidade em questão em “Os estabelecidos e os outsiders” -, o processo de estigmatização possuía um papel tão importante nas relações entre os diferentes grupos quanto em outras partes do mundo ocidental. (ELIAS 2000). No entanto, a escala micro do fenômeno teria permitido o pesquisador observar melhor as condições nas quais este processo é mais bem sucedido.

Heinich (2001, p.107) sublinha que esta “monografia permite estudar em detalhes o funcionamento dos mecanismos de segregação, de exclusão ou simplesmente de desigualdade –entre homens e mulheres, entre adultos e crianças entre heterossexuais homossexuais etc-”.

Refinando estes detalhes Norbert Elias define que o estigma só pode ser bem sucedido quando o grupo que estigmatiza encontra-se muito bem instalado numa posição dotada de poder social, da qual o grupo estigmatizado é excluído. E agrega a isso o importante papel que cumpre a imagem que cada indivíduo faz da posição e do status do seu grupo na sociedade.

Neste ponto, podemos perceber como o autor vai costurando, no decorrer de sua análise, o nível particular e o nível coletivo dos laços sociais. O caso de Winston Parva teria explicitado o que Elias (2000) chamou de “funções reguladoras” – o termo já aparece em “O processo civilizador” (ELIAS, 1993)-, e o papel destas funções no desenvolvimento social. Segundo Elias (2000) elas se manifestam por meio da auto-regulação e da pressão reguladora do “nós”. Como os estabelecidos e os outsiders constituem-se grupos distintos formados por indivíduos, identificando o que os une e o que os separa o autor pôde reconhecer a dinâmica de tais funções.

A função de auto-regulação nos indivíduos que encontram-se incertos no grupo de estabelecidos consiste, basicamente, na sublimação dos próprios desejos e no respeito às normas aprovadas por seu grupo. Na medida que estas regras são respeitadas o indivíduo é incluído no carisma grupal, e na medida que não as respeita passa a ser estigmatizado por meio de significantes que denotam o significado da idéia de anomia, a qual é atribuída aos outsiders. A opinião do grupo neste caso pune o desvio, e quem é punido sabe porque está sendo punido. Por outro lado, o processo de estigmatização leva aos estigmatizados, que fazem parte do grupo de outsiders, a interiorizar a imagem que lhes é remetida e em geral incorpora-la no seu comportamento. Um outsider que

age independentemente desses estigmas, ou seja, que desdenha o significado anômico auferido às ações que pratica, representa um perigo à reprodução do status do grupo estabelecido. (ELIAS, 2000; HEINICH, 2001)

Forma-se, desta maneira, uma rede relacional entre indivíduos e coletividades que não pode ser desfeita pelo olhar do sociólogo, de acordo com Elias.

Considerações finais

Estas considerações gerais sobre como Norbert Elias nos ofereceu elementos consistentes para o debate acerca da superação da oposição indivíduo e sociedade nos possibilita voltar à epígrafe do início deste ensaio.

Recorrentemente afirmou-se que o homem percorre um processo histórico determinado por leis gerais exteriores a ele, deixou-se, portanto, de lado o fato de que além do homem ser o processo o processo é o próprio homem. Ou em outras palavras, o desenvolvimento social está imbricado com as funções reguladoras produzidas e reproduzidas pelo próprio homem. Conclusivamente podemos afirmar que esta perspectiva de Elias permite que todos os indivíduos, bem como todos os grupos sociais sejam vistos e se vejam como portadores do potencial transformador do seu devir histórico.

Bibliografia

BOURDIEU, P. **O campo científico**. In: Coleção Grandes Cientistas Sociais. Ática. São Paulo, 1998.

_____. **A profissão de Sociólogo: preliminares epistemológicas**. Vozes. Petrópolis, 1999.

DURKHEIM, É. **As regras do método sociológico**. Editora Nacional. São Paulo, 1966

ELIAS, N. **O processo civilizador**. V1 e V2. Jorge Zahar. Rio de Janeiro, 1993.

_____. **Os estabelecidos e os Outsiders**. Jorge Zahar. Rio de Janeiro, 2000.

HEINICH, N. **A sociologia de Norbert Elias**. EDUSC. Bauru, 2001.

MARX, K. & ENGELS F. **A ideologia Alemã**. Hucitec. São Paulo, 1989

MARX, K. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Paz e Terra, São Paulo, 1989.

MERTON, R. K. **Sociologia: teoria e estrutura**. Mestre Jou, São Paulo, 1970

¹ doutorando em sociologia pela Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara –UNESP- e professor de sociologia da FAFIBE nos cursos de Direito e História.

² Mestre em sociologia pela Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara –UNESP.

³O conceito de “campo científico” é extraído de Pierre Bourdieu (1998). Em termos sintéticos, este conceito se refere ao lugar e ao sistema de relações onde os membros de um grupo travam, mediante a prática científica, uma luta pelo reconhecimento da “autoridade científica”. Essa autoridade é reconhecida pela capacidade técnica e, logo, pelo poder social. Para Bourdieu, o campo científico é um campo de poder onde os “poderosos” são identificados, ao estilo da tradição positivista, como os mais competentes.

⁴Para a sociologia de “orientação normativa”, considerando um tipo puro, as ações humanas são regidas por normas lógicas que tendem a eliminar as contradições, por exemplo entre ordem e desordem e incluídos e marginalizados, na medida que eliminam as anomias, ou seja, na medida que a desordem, a marginalidade e etc. são eliminadas. Nesse sentido, não seria possível para a sociologia de orientação lógica, refletir sobre a convivência das contradições nos limites da normalidade. Norbert Elias está preocupado com a interdependência que estabelecem entre si os fenômenos aparentemente contraditórios.

⁵Em “Nota sobre os conceitos de ‘estrutura’ e ‘anomias’”, Norbert Elias justifica porque o conceito de anomia, o qual se remete ao de estrutura social, apresentado por Durkheim é mais elucidativo para a sua explicação sociológica do que a definição de Merton oferecida para estes conceitos. Segundo Elias, Merton acaba criando uma oposição entre estrutura social e anomia, pois aufere uma conotação valorativa à primeira que, assim, ganha correspondência com a idéia de boa ordem, a qual nega a anomia como má ordem. Diferentemente, Durkheim propõe que mesmo a anomia é dotada de regularidade e que pode ser mais revelador é estabelecer correlações destes fenômenos dentre as estruturas sociais. (ELIAS, 2000, p.190-194)